

ATA DA 390ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

| | | |
|---|---------------------------------|------------------------|
| Data: 04 de novembro 2025 | Local: Plenário da JURAT | Horário: 08h30. |
| Reunião nº 40/2025 | | |
| Presentes: Cristiano de Oliveira Schappo, Miqueas Libório de Jesus, Osni Sidnei Munhoz, Priscila Zanghelini Gesser, Simone Haritsch e Dra Francieli Cristini Schulz. | | |
| Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento em exercício (Ad Hoc), o Sr. Roniel Vieira dos Anjos e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach. | | |
| Pauta: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior, 2 - Julgamento de Processos, 3 - Aprovação de Acórdãos. | | |
| Deliberações: | | |
| <p>1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior: Ata 37/2025. Aprovada sem mais observações. 2 - Julgamento de Processos. Processo SEI nº 25.0.074277-0 em que é reclamante Tecnocol Coleta de Entulhos Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Simples Nacional. Neste processo a julgadora Simone Haritsch substituiu a julgadora Priscila Zanghelini Gesser, em razão de impedimento. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz que manifestou-se no sentido de conhecer da reclamação e negar-lhe provimento. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e dar-lhe provimento para cancelar o Parecer de Indeferimento da Opção ao Simples Nacional, deferindo a opção ao referido regime simplificado de tributação a partir de 10/01/2025. Os representantes da contribuinte, Sra. Mirian Silva, Sr. Ricardo Alexandre Felix e Sra. Silvana Mara Ferreira fizeram a manifestação oral. A Sra Mirian evidenciou que na notificação recebida pela Receita Federal, não constavam débitos, somente depois recebeu o comunicado, após o indeferimento da opção do Simples Nacional. Em consulta aos órgãos fiscalizadores e ao contador, não haviam débitos. Ratificou que em nenhum momento foi notificada desta Taxa que precisava ser paga. Após a manifestação da contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou o relator, acrescentando que o contribuinte deveria ter ciência da cobrança, que é responsabilidade do setor de dívida ativa cientificar o contribuinte, fundamentos do art. 112 inciso II do CTN. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou o relator com acréscimos do julgador Miqueas Libório de Jesus, argumentando que o fato da Administração não ter cientificado referente aos débitos, restou prejudicado o contribuinte. A Simone Haritsch acompanhou o relator, com a ressalva de que não havia relatório informando o contribuinte no momento. Decisão: Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Processo 2152/2022 e SEI nº 25.0.220593-4, em que é reclamante Imobiliária Boa Vista Ltda, sendo relator(a) Miqueas Libório de Jesus. Assunto: Impugnação do Auto de Infração nº 151/2021. Neste processo, a julgadora Priscila Zanghelini Gesser voltou à composição. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz que manifestou-se no sentido de conhecer e negar-lhe provimento, argumentou que o contribuinte mesmo menciona não ter feito a alteração cadastral. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação, ante a sua tempestividade, porém, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o lançamento impugnado. O julgador Osni Sidnei Munhoz acompanhou o relator. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser acompanhou o relator, acrescentando que o contribuinte pode efetuar parcelamento, conforme dispõe a Lei 1715/79. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou o relator. Decisão: Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator. Processo SEI nº 25.0.019330-0, em que é reclamante Paulo Henrique Hostin Silva, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser.</p> | | |

ATA DA 390ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Assunto: Imunidade de ITBI. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz que manifestou-se no sentido de conhecer da reclamação e negar-lhe provimento. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer a reclamação, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o Parecer Fiscal nº 0023143430/2024, pelos seus próprios fundamentos. Em seu voto a relatora destaca que a exigência do ITBI sobre o valor excedente ao integralizado encontra respaldo no Tema 796/STF, cuja tese não estabelece limite para sua aplicabilidade, sendo irrelevante a destinação contábil que se dá ao valor excedente. Acrescenta ainda, que a base de cálculo para o ITBI é o valor venal de mercado do imóvel, sendo inaplicável o art. 23 da Lei Federal nº 9.249/95 para sua definição. Por fim, ressalta que LCM 400/2013 atende ao Tema 1113/STJ (acórdão da Junta Plena nº 28/2024). O julgador Osni Sidnei Munhoz divergiu do voto da relatora, quanto ao excedente não se aplica o Tema 796, porque não houve ágio ou reserva de capital. Acrescentou que, quanto à base de cálculo, o Município não cumpre o Tema 1113. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou relatora. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou a divergência. Havendo empate, o Sr Roniel Vieira dos Anjos, acompanhou a relatora para negar-lhe provimento. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, por maioria de votos (3x2) com voto desempate do Presidente, negar-lhe provimento, nos termos do voto da relatora. **Processos SEI nº 25.0.128405-9, 25.0.128426-1, 25.0.128493-8, 25.0.128533-0 e 25.0.128566-7, em que é reclamante TK & ORB Holding Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz.** **Assunto: ITBI.** O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz que manifestou-se no sentido de conhecer da reclamação e negar-lhe provimento, tendo o TJSC defendido a Tese do Município. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de dar provimento às reclamações para reconhecer a imunidade do ITBI sobre as integralizações do capital social através dos imóveis de matrícula nº 191.927 e 191.942 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e 27.383. 27.382 e 27.381 do 2º Registro de Imóveis, cancelando-se as guias de ITBI nº 5127, 6356, 5178, 5176 e 5200. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser manifestou-se pela divergência, com a mesma fundamentação do seu voto no processo SEI 25.0.019330-0. O julgador Cristiano de Oliveira Schappo acompanhou o relator. O julgador Miqueas Libório de Jesus acompanhou a divergência. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, por maioria de votos (3x2) com voto desempate do Presidente, negar-lhe provimento, nos termos do voto divergente da julgadora Priscila Zanghelini Gesser. **3 - Aprovação de Acórdãos.** **Acórdão: 189/2025:** Processo SEI nº 25.0.074277-0 em que é reclamante Tecnocol Coleta de Entulhos Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: Simples Nacional. **Acórdão: 190/2025:** Processo 2152/2022 e SEI nº 25.0.220593-4, em que é reclamante Imobiliária Boa Vista Ltda, sendo relator(a) Miqueas Libório de Jesus. Assunto: Impugnação do Auto de Infração nº 151/2021. **Acórdão: 191/2025:** Processo SEI nº 25.0.019330-0, em que é reclamante Paulo Henrique Hostin Silva, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. Assunto: Imunidade de ITBI. **Acórdão: 192/2025:** Processos SEI nº 25.0.128405-9, em que é reclamante TK & ORB Holding Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: ITBI. **Acórdão: 193/2025:** Processos SEI nº 25.0.128426-1 em que é reclamante TK & ORB Holding Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: ITBI. **Acórdão: 194/2025:** Processos SEI nº 25.0.128493-8 em que é reclamante TK & ORB Holding Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: ITBI. **Acórdão: 195/2025:** Processos SEI nº 25.0.128533-0 em que é reclamante TK & ORB Holding Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: ITBI. **Acórdão: 196/2025:** Processos SEI nº 25.0.128566-7 em que é reclamante TK & ORB Holding Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz. Assunto: ITBI. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras (Ad Hoc), Sr. Roniel Vieira dos Anjos, e demais presentes.

Joinville, 04 de novembro de 2025.

ATA DA 390ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT



Roniel Vieira dos Anjos

Presidente das Câmaras de Julgamento
(em exercício)



Cláudia Miranda Daufenbach

Secretária

Cristiano de Oliveira Schappo

Francieli Cristini Schulz

Miqueas Libório de Jesus

Osni Sidnei Munhoz

Priscila Zanghelini Gesser

Simone Haritsch